

Brasília-DF, 21 de maio de 2022.

PAUTA UNIFICADA DA EDUCAÇÃO FEDERAL

Reajuste salarial, recomposição inflacionária e correção dos auxílios saúde e alimentação para todos os servidores federais
Revogação da EC95
Recomposição orçamentária da Educação, da CeT, dos Hospitais Universitários e para políticas de assistência estudantil com imediata suspensão dos bloqueios ou contingenciamentos orçamentários
Apuração das denúncias de corrupção no MEC;
Aplicação da Convenção 151 da OIT
Revogação da EC Nº 109/2021 (antiga PEC Emergencial Nº 186/19), que altera a CF e as DCT e institui regras transitórias sobre redução de benefícios tributários; desvincula parcialmente o superávit financeiro de fundos públicos; e suspende condicionalidades para realização de despesas com concessão de auxílio emergencial residual para enfrentar as consequências sociais e econômicas da pandemia da Covid-19
Revogação da Lei Nº 12.618/2012 que instituiu o regime de previdência complementar para os servidores públicos federais e o fim da FUNPRESP, a revogação do Decreto Nº 10.620/2022 , que dispõe sobre a competência para a concessão e a manutenção das aposentadorias e pensões do regime próprio de previdência social da União no âmbito da administração pública federal; e a retirada da MP Nº 1.119/2022
Revogação da EC Nº 103/2019 e arquivamento do Projeto de Lei Complementar (PLP) Nº 189/2021 , que transforma o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) no gestor único do Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) da União, abrangendo servidores civis dos órgãos, entidades, autarquias e fundações dos três Poderes e membros da magistratura, do Ministério Público, da Defensoria Pública e do Tribunal de Contas
Recomposição do orçamento da Educação aos níveis de 2015, corrigindo a partir da inflação do período (IPCA)
Recomposição do orçamento da Ciência e Tecnologia aos níveis de 2015, corrigindo a partir da inflação do período (IPCA)
Recomposição do orçamento da Saúde aos níveis de 2014 (% aplicado e valores em R\$, corrigindo a partir da inflação do período – IPCA)
Recomposição dos orçamentos necessários para as políticas de assistência estudantil e ações afirmativas (acesso e permanência) dos discentes das Instituições Federais de Ensino
Correção dos valores das bolsas de graduação (monitoria, extensão, PIBIC etc.) e pós-

graduação nas Instituições Federais de Ensino
Reorganização dos HU, com o fim da Ebserh, com recomposição de seus orçamentos e de sua autonomia administrativa, de gestão financeira e pedagógica – como parte da infraestrutura das Instituições Federais de Ensino; com recomposição de seus quadros de servidores, via realização de concurso público e contratação pelo RJU
Fim das terceirizações nas instituições de ensino e recriação dos cargos extintos
Suspensão da tramitação da PEC N° 206/2019 que altera a gratuidade nas universidades
Retomada dos concursos de Tradutores e Intérpretes de LIBRAS, com aumento de vagas pra esses cargos nas IFE e com condições igualitárias de trabalho na rede
Criação da função de mediadores para o trabalho com pessoas com deficiência na rede federal, com cargos de carreira e consequentes concursos para efetivação.

Cumprimento da data base de 1º de maio para reajuste salarial anual dos SPF
Linha única no contracheque (VB + RT)
Reestruturação das carreiras de servidores federais, docentes e TAE , com democracia e ampla negociação entre governo e cada categoria
Implementação da jornada de trabalho de 6 horas ininterruptas para os TAE sem prejuízos remuneratórios e na carreira
Contra o ponto eletrônico para os servidores TAE e docentes das Instituições Federais de Ensino
Revogação da Portaria N° 983/2020 (que regulamenta as atividades docentes, no âmbito da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, ampliando a CH em sala de aula, com prejuízo ao desempenho de atividades de pesquisa e extensão)
Revogação da IN N° 54/2021 (que orienta o desconto da remuneração correspondente aos dias de paralisação e para a elaboração do respectivo Termo de Acordo para compensação de horas não trabalhadas, para servidores e servidoras de órgãos do SIPEC)

- respeitar a autonomia das Instituições Federais de Ensino conforme determinado pela CF 88 (Art. 207): Autonomia didático-científica; Autonomia administrativa e Autonomia de gestão financeira e patrimonial.
- democracia em todas as instâncias deliberativas das Instituições Federais de Ensino
- fim das intervenções nas universidades , respeito à escolha dos dirigentes pela comunidade universitária. Que o processo de escolha seja iniciado e tenha sua finalização no âmbito da própria Instituição de Ensino. Fim da lista tríplice.
- manutenção, recuperação e adequação da infraestrutura física e de equipamentos ou tecnologias , como internet gratuita e de qualidade, nas Instituições Federais de Ensino;
- reabertura de concursos públicos , para contratação de servidore(a)s via RJU, recuperando

vagas de aposentados e/ou falecidos, em todas as categorias de servidore(a)s das Instituições Federais de Ensino
- combater assédio sexual e moral e todo tipo de opressão no ambiente de trabalho
- garantia de substitutos para os TAE em caso de licenças maternidade e capacitação

Revogação da Reforma do EM
Revogação da BNCC e retomada do debate sobre currículo para a educação básica.
Revogação da Resolução CNE/CP Nº 02/2019 - Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica e institui a Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC-Formação).
Revogação da Resolução CNE/CP Nº 01/2020 - Dispõe sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Continuada de Professores da Educação Básica e institui a Base Nacional Comum para a Formação Continuada de Professores da Educação Básica (BNC-Formação Continuada)
Revogação da Resolução CNE/CP Nº 01/2021 , que define as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Profissional e Tecnológica
Revogação da Resolução CNE/CP Nº 01/2022 – Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Profissional Técnica de Nível Médio (EPTNM – Formação) – e abertura de discussão democrática
Não ao avanço acrítico do ensino híbrido e revisão dos percentuais de EaD permitidos nos PPC de cursos nos vários níveis e modalidades de ensino
Construção de um PNLD de forma democrática , sem o esvaziamento de conteúdos e exclusão de componentes curriculares, com participação ativa das comunidades escolares e acadêmicas
Implementação de programa de inclusão digital para estudantes
Manter e ampliar a Lei de Cotas , que deve ir à votação acerca de sua continuidade (em 2022 completam os 10 anos do prazo estabelecido pela Lei)
Suspensão da tramitação do PL Nº 3.261/2015 e não aprovação do Projeto de Homescholling
Fim das instruções normativas, portarias e outros instrumentos infralegais que atacam TAE e docentes
Fim das iniciativas legislativas que atacam TAE e os docentes

Assinam essa pauta: Andes-SN, Fasubra, Fenet, SINASEFE e UNE.

Documento protocolado no MEC em: 15/06/2022